

Sumário

1. Fundamentação Legal e Conceito de PPI.....	02
2. Concepções Norteadoras	05
3. Ensino, Pesquisa e Extensão	10
3.1 Caracterização do Ensino	11
3.2 Caracterização da Extensão	15
3.3 Caracterização da Pesquisa	20
3.4 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	27
3.5 Referenciais para elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos	31
3.6 Formação de formadores	32
4. Gestão	33
5. Assuntos Estudantis	45
6. Glossário	52
7. Referências Bibliográficas	53

1 Fundamentação Legal e Conceito de PPI

Este documento tem por finalidade apresentar a proposta de trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, bem como suas intencionalidades transformadoras para os próximos anos.

Sua construção tem como referência a Constituição Federal de 1988 que trouxe avanços significativos para a educação, dentre eles a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a gestão democrática (art. 206), a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que versa sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que propicia mudanças e avanços em muitos de seus dispositivos, dentre eles, o que remete aos estabelecimentos de ensino a elaboração e execução de suas propostas pedagógicas (Art. 12, I) e o que destaca a participação da comunidade escolar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (Art. 14).

Foi a LDB 9394/96 que introduziu a obrigatoriedade das instituições de ensino construírem seus projetos pedagógicos e o Decreto 5773/2006 traz a obrigatoriedade das instituições de ensino superior construírem o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, contendo neste documento o Projeto Pedagógico da Instituição - PPI.

Conforme estabelecido na Lei 11.892, os Institutos Federais, “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino”. Passam a atuar plenamente na educação profissional, discutida e reformulada a partir da década de 90 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (CHRISTOPHE, 2005).

A LDB de 1996, segundo Christophe (2005), “é considerada um marco na sua forma de tratamento, pela forma global como o tema é tratado, pela flexibilidade permitida ao sistema e aos alunos.” Segundo a autora, as leis e decretos anteriores sempre abordavam o ensino profissional de maneira parcial. A LDB de 1996 traz ao ensino profissional o conceito de aprendizagem permanente e destaca a relação entre “educação profissional e processos formativos”, integrando-a às “diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia. Além disso, define o âmbito de atuação da educação profissional “para além da escolaridade formal e seu *locus* para além da escola” (CHRISTOPHE, 2005).

A educação profissional, nesse documento, é apresentada em um capítulo à parte da educação básica, “superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações”

sobre o tema. Propõe-se a atuar de forma crítica e qualificada no âmbito social, tornando-se, dessa forma, “um mecanismo para favorecer a inclusão e a democratização dos bens sociais” (MEC, 2012a).

Em 2003, novas medidas para a educação profissional foram apresentadas, a partir da substituição do Decreto nº. 2.208/97 – que estabelecia as diretrizes estruturais e curriculares da educação profissional – pelo Decreto 5.154/04, que confere mais flexibilidade àquele, além de instituir outras providências importantes. Esse último decreto altera a estrutura da educação profissional, prevendo a seguinte organização:

I – Formação inicial e continuada de trabalhadores, os quais objetivam “a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade” (SILVA, 2009, p. 41).

II – Educação profissional técnica de nível médio, “prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes de ensino fundamental e para o público de educação de jovens e adultos” (SILVA, 2009, p. 40).

III – Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. De acordo com a Lei 11.892, esses cursos devem ser organizados de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Todos esses cursos e programas, de acordo com o Decreto 5.154/94, “poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social”. De acordo com o decreto, “considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

Há que se considerar também os decretos e demais legislações que orientam as atividades educacionais do IFSC, tais como o Decreto 5773/2006 que dispõe sobre as funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação, o decreto 5840/2006 que institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, a Resolução CEB 04/2010 e o Parecer CEB 07/2010, que definem diretrizes curriculares nacionais gerais para a Educação Básica, a resolução CEB 06/2012 e o Parecer CEB 11/2012, que definem as diretrizes para a educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Resolução CEB 02/2012 e o Parecer CEB 05/2011 que definem as diretrizes para o Ensino Médio.

Destaca-se ainda as resoluções e pareceres CEB 2012 relacionadas à educação indígena, quilombola e resoluções e pareceres de 2011 relacionadas à educação ambiental e direitos humanos.

Considerando estes documentos legais, não se pode esquecer que o IFSC é uma instituição social, compromissada com a educação profissional e tecnológica de jovens e adultos, em diferentes níveis, etapas e modalidades, numa perspectiva emancipadora e cidadã, sendo democrática quanto à gestão, pública quanto à destinação de recursos e funcionamento e inclusiva quanto a sua ação educativa.

O grande desafio do IFSC está em garantir um padrão de qualidade no ensino profissional e tecnológico para todos, em consonância com os arranjos produtivos, grupos sociais e manifestações culturais locais, compreendendo o discente no processo educativo como sujeito concreto, real, histórico e social .

Para dar conta deste desafio, o projeto pedagógico é o elemento “mais importante do PDI na medida em que organiza e consolida a programação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, [...] é um projeto político porque estabelece e dá sentido ao compromisso social que a instituição [...] assume com a formação de profissionais e de pesquisadores cidadãos [...]” (MASETTO, 2012, p.70).

Em uma perspectiva emancipadora e democrática, o PPI precisa ser entendido como um instrumento teórico-metodológico que orienta as ações da instituição para a transformação da realidade. É um planejamento amplo, global, construído coletivamente e concretizado de forma processual, possibilitando a reflexão constante sobre o fazer e a sua reconstrução permanente (VASCONCELLOS, 2009).

A elaboração do PPI, em termos teóricos, orienta-se em quatro pressupostos: unicidade da teoria e prática; ação consciente e organizada da instituição; participação efetiva da comunidade acadêmica e reflexão coletiva; articulação da instituição e da comunidade externa (VEIGA, 2001).

Teoria e prática são inseparáveis na construção do PPI, pois não se pode separar o pensar e o agir. De um lado, a ação subsidia o pensamento para a construção de novas ideias e propostas diferenciadas de intervenções na realidade educacional, e, de outro, a teoria, representada por um conjunto de ideias sistematizadas a partir da prática pedagógica, dá suporte e sustentação para a ação.

O PPI se constitui como ação consciente e organizada porque é planejado tendo em vista o futuro. É um instrumento que visa orientar os desafios do futuro. O futuro não está dado, não é algo pronto. O projeto deve orientar-se para a capacidade de olhar as práticas e suas consequências.

O terceiro pressuposto para elaboração do PPI é o envolvimento de todos na construção do projeto, através de uma reflexão coletiva. A participação coletiva precisa ser dinâmica, prática, comprometida e deve contemplar o diálogo. Precisa superar as relações competitivas e autoritárias, possibilitando a vivência democrática e a resolução das tensões de forma criativa.

O quarto pressuposto representa o desafio de incluir toda a comunidade escolar nas discussões e construção do PPI, questionando, participando, indicando caminhos, articulando a dimensão política e social à ação pedagógica.

2 Concepções Norteadoras

O Projeto Pedagógico Institucional do IFSC adota as concepções apresentadas a seguir, tomando como ponto de partida o marco referencial teórico-metodológico elaborado e construído de forma coletiva pelos integrantes da comunidade escolar.

2.1 Concepção de Educação

Entende-se que a concepção de educação que fundamenta o trabalho no Instituto Federal de Santa Catarina é a concepção progressista, democrática e emancipadora, que entende a educação como prática social, “como um processo de humanização dos homens, [...] inserido no contexto de suas relações sociais” (LIBÂNEO, 2003, p.68).

A educação é um fenômeno social, “portanto, a cultura e os sujeitos são determinados por condições sociais e políticas [...]” (LIBÂNEO, 2003, p.68).

Essa concepção deve ser vivenciada nas relações estabelecidas por todos os participantes da comunidade acadêmica, tanto em sala de aula, em ambientes de pesquisa e extensão, bem como em qualquer outra situação educacional na Instituição.

Diante das concepções apresentadas, o IFSC, uma instituição pública imbuída de sua função social poderá contribuir com as transformações atuando criticamente para reconstruir as representações que os sujeitos têm da realidade, de modo a promover a mudança de postura e de prática frente à sociedade.

Nessa perspectiva, a educação, é um espaço fundamental para a formação integral do cidadão, sujeito consciente, com visão crítica. Mobilizar-se nessa direção significa condenar toda e qualquer ação que repercuta em exploração e submissão do Ser Humano, implica defender, nas práticas cotidianas, os valores institucionais.

Como instituição educacional, o IFSC deve garantir aos alunos condições de exercício de cidadania responsável, capacitação para o trabalho, socialização do conhecimento e da tecnologia, colocando-os a serviço da construção de uma sociedade mais ética, justa e igualitária.

Para tal, faz-se necessário um projeto educacional em que a história da construção do coletivo integre-se à história individual de cada vida - que não pode e nem deve ser esquecida, pois a construção coletiva de sociedade é inerente à educação de seres humanos autônomos, com capacidade de entender e cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos.

Nesse sentido, o IF-SC deve preservar e fortalecer sua condição de instituição pública, gratuita, inclusiva, democrática, com educação de qualidade.

2.2 Concepção de Educação Profissional e Tecnológica

A concepção de educação profissional e tecnológica do IFSC sustenta-se em uma concepção de educação politécnica, que busca a unidade entre educação e produção material, cujo caráter é de totalidade, de formação integral do sujeito, possibilitando a manifestação das individualidades, sem limitar-se apenas ao trabalho manual ou intelectual da atividade produtiva (SILVEIRA, 2007).

Entende-se que a ideia de politecnia relaciona-se com a problemática do trabalho como princípio educativo geral e “se encaminha na direção da superação entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” (SAVIANI, 1989, p.13), sem separar o conhecimento teórico do conhecimento prático, voltada para a formação do homem integral, sem a preocupação de apenas prepará-lo para o mercado de trabalho.

Para Saviani (1989, p.17), “politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno”. A formação politécnica deve propiciar ao sujeito “um desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva moderna na medida em que ele domina aqueles princípios, aqueles fundamentos, que estão na base da organização da produção moderna” (SAVIANI, 1989, p.17).

Nas diretrizes do IFSC, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Entende-se tanto a educação quanto a tecnologia como processos mediacionais. Uma e outra são atividades que contribuem para a produção de conhecimento, sendo assim, a tecnologia ganha sentido na

medida em que se põe como relação entre o social e o natural. A educação, também é uma atividade mediadora que contribui com a socialização do ser humano, na medida em que se ocupa com o saber objetivo resultante desse processo de socialização, na perspectiva de transformá-lo em saber para-si.

Na educação profissional pretende-se que o conhecimento e o potencial investigativo e transformador sirvam para realizar o trabalho educativo, na perspectiva que supere a fragmentariedade, explicitando os nexos entre ciência, tecnologia e sociedade. O trabalho educativo implica o domínio de um conjunto de conhecimentos, o domínio metodológico e técnico, assim como o desenvolvimento de recursos afetivo-cognitivos para que os sujeitos envolvidos conheçam, com o devido rigor, cientificidade e criticidade, as dimensões técnicas do exercício profissional e as condições histórico-sociais nas quais esse exercício ocorre.

2.4 Concepção de Currículo

Em conformidade com o princípio de inclusão, o IFSC segue uma linha político-pedagógica progressista de currículo, ou seja, voltado para as classes populares na superação das condições sociais de vulnerabilidade a que estão submetidas.

O currículo pode ser entendido a partir de várias compreensões. Uma delas é a ideia de currículo relacionada a cursos, percursos, um conjunto de disciplinas que devem ser aprendidas. Uma outra ideia de currículo entende que além dos conteúdos pré-determinados, é preciso incorporar os conhecimentos atuais, que vão surgindo, independente de estarem ou não expressos no currículo. Uma terceira conceituação de currículo define-o “como um conjunto de conhecimentos, saberes, [...], experiências, vivências e valores que os alunos precisam adquirir e desenvolver, de maneira integrada e explícita, mediante práticas e atividades de ensino e de situações de aprendizagem” (MASETTO, 2012, p.77), conceituação esta que tomaremos como referência para explicitar o currículo que queremos.

O currículo apresenta caráter político-pedagógico, é o instrumento de compreensão do mundo, de transformação social e que viabiliza o processo ensino-aprendizagem. Deve ser abrangente, dinâmico, apresentando o conjunto de intenções e ações que serão desenvolvidas.

O currículo deverá ser atualizado, contextualizado e significativo, voltado para a realidade, deverá favorecer a formação de um sujeito crítico, criativo, que pesquisa e participa ativamente na construção do seu conhecimento.

O currículo deverá expressar a pluralidade cultural existente na sociedade. As atividades curriculares deverão proporcionar a análise interpretativa e crítica das práticas sociais. É necessário pensá-lo articulado

com as relações de poder, um poder que não está centralizado, mas espalhado por toda a sociedade. “O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. [...] (SILVA, 2007, p.150).

Dessa forma, se faz a escolha por um currículo inclusivo, que explicita e acolha as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e a valorização de suas especificidades, ao mesmo tempo em que o contato com essas diferenças possibilite questionar o seu próprio modo de ser e ver o mundo. E assim, vai se ocupar com a organização do tempo/espaço escolar de forma que garanta o ingresso e a permanência do aluno na instituição e o acesso ao conhecimento. E buscar conhecer o processo de desenvolvimento do aluno e as características dos diferentes perfis e faixa etária, por diferentes linhas teórico-metodológicas, a fim de conseguir êxito no trabalho desenvolvido.

Em consonância com os objetivos de inclusão e emancipação no ideário de educação do IFSC, apontamos como proposta um currículo interdisciplinar, cujas características são promover a socialização dos saberes, superar a fragmentação entre as diferentes áreas do conhecimento, perceber o aluno como uma totalidade, estudar e implementar formas alternativas de superação do *status quo*. E ainda permitir ultrapassar o espaço físico da escola e estabelecer um intercâmbio com as demais instituições da sociedade, contemplando manifestações artísticas e culturais da comunidade escolar e fora dela.

Essa opção vai propiciar uma ação pedagógica, dialética, em que se efetive a construção do conhecimento e a relação entre aprendizagem e desenvolvimento por todos da comunidade escolar, professores, servidores, alunos, pais/responsáveis, através de uma atitude interdisciplinar crítica, viabilizada pela "curiosidade científica", de forma dinâmica, criativa, espontânea, comprometida, autônoma, contextualizada, investigativa, prazerosa, desafiadora, original e lúdica.

O professor nessa perspectiva de currículo é compreendido como mediador, articulador do processo de ensino-aprendizagem, visando a construção do sujeito histórico, social e afetivo. O conteúdo é trabalhado a partir de uma ação pedagógica em que as unidades curriculares não apenas somam esforços, mas trabalham para a construção de conceitos de forma que o conteúdo exista como meio e não como fim, possibilitando ao aluno a apropriação dos avanços tecnológicos, a acumulação, a recriação e criação de novos conhecimentos.

2.5 Concepção de Avaliação

A avaliação faz parte do ato educativo, do processo de aprendizagem. É fundamental que a avaliação deixe de ser um instrumento de classificação, seleção e exclusão social e se torne uma ferramenta para a construção coletiva de uma escola de qualidade.

“Uma concepção dialética de educação e, conseqüentemente, de avaliação, parte da realidade concreta para organizar a reflexão sobre ela, e, em seguida, intervir nesta realidade, de modo mais consistente, no sentido da mudança dos processos em benefício da maioria dos envolvidos” (ROMÃO, 1998, p. 64).

A avaliação deve ser um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. O processo de avaliação tem por base acolher uma situação, para, então, ajuizar sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão. O diagnóstico visa apreciar coisas, atos, situações, pessoas, tendo em vista tomar decisões para criar condições para a obtenção de uma maior qualidade daquilo que se esteja buscando ou construindo. Proceder por diagnóstico é oferecer condições de encontrar o caminho para obter melhores resultados na aprendizagem.

Avaliar é sempre uma reflexão e implica na tomada de decisões sobre aspectos da realidade. “Avalia-se para diagnosticar avanços e entraves, para intervir, agir, problematizando, interferindo e redefinindo os rumos e caminhos a serem percorridos” (LOCH, 1999, p.134). A avaliação diagnóstica implica avaliar o processo e não o produto. Significa olhar o processo construído como uma possibilidade, cheio de novas potencialidades a serem construídas. A mudança do processo pedagógico implica em olhar de modo diferente, ou seja, ver o aluno e o professor como sujeito humano que se faz humano mediado pelas relações sociais. Significa ver a escola como um espaço contraditório passível, portanto, de ser compreendida e mudada. Mudar significa provocar rupturas na cultura escolar e provocar a construção de uma escola onde o conteúdo só tem sentido se ajudar cada aluno a elaborar conceitos sobre sua realidade, a compreender sua realidade, o lugar que ocupa nesta realidade e porque ocupa este e não outro lugar.

A avaliação vista por este prisma torna-se impulsionadora do processo de construção do conhecimento, ou seja, se temos uma avaliação que privilegia o diagnóstico e sua posterior análise, temos o processo de tomada de consciência do que o aluno aprendeu e do que o aluno não aprendeu, sendo este novamente o ponto de partida.

Avaliar é localizar necessidades e se comprometer com sua superação. Quando então temos um aluno, ou vários, que não estão acompanhando, é preciso parar para atendê-los. A aprendizagem não se dá de forma linear. Porém, uma base bem trabalhada, ainda que demore mais, leva a uma aprendizagem mais sólida. É preciso rever conceitos, repensar práticas de aula, replanejar o calendário escolar, buscar

alternativas. A nova intencionalidade pode se traduzir na prática da metodologia participativa em sala de aula, onde se faz a recuperação da aprendizagem no próprio ato do ensino. “Quando se pede ao aluno que exponha seu ponto de vista, argumente a favor ou contra uma ideia, produza um texto, participe da elaboração de um projeto, proponha soluções para um problema, está-se acentuando a importância da reflexão, do pensamento autônomo, da participação, da criação” (ANDRÉ; PASSOS, 2000, p.177). Portanto, se o aluno participa, dialoga, já é possível perceber ali mesmo se ele está ou não entendendo. O trabalho de recuperação do aprendizado pode então se dar concomitante ao ensino.

A avaliação não pode ser unilateral. “A avaliação não é um ato pelo qual A avalia B. É o ato por meio do qual A e B avaliam juntos uma prática, seu desenvolvimento, os obstáculos encontrados ou os erros e equívocos por ventura cometidos. Daí seu caráter dialógico. Neste sentido, em lugar de ser instrumento de fiscalização, a avaliação é a problematização da própria ação” (FREIRE, 1982, p.26).

Portanto, o processo de avaliação deve auxiliar educadores e educandos na caminhada de crescimento e a escola na sua tarefa de responsabilidade social dando seu testemunho sobre a qualidade da formação técnica e política do educando.

3 Ensino, Pesquisa e Extensão

Com a consciência de que o Instituto Federal é uma instituição de educação, ciência e tecnologia, pública, gratuita e de qualidade, a instituição deve assumir sua função social. Com isso suas ações são voltadas à socialização de saberes teóricos, práticos e atitudinais, visando ao desenvolvimento das potencialidades dos alunos para que se constituam cidadãos participativos e co-responsáveis nos processos de transformação da sociedade na qual estão inseridos.

É preciso haver interação entre todos os servidores do IFSC, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, com a comunidade para saber quais suas necessidades de ordem cultural, esportiva, tecnológica, social, educacional, política e econômica, de tal maneira que as portas da Instituição estejam abertas para atender a todos os cidadãos que dela decidirem compartilhar.

A educação se baseia no equilíbrio entre estes três elementos: ensino, pesquisa e extensão. No ensino se interrelacionam os diferentes saberes, na pesquisa se eleva o conhecimento a novos patamares do saber, especialmente no desenvolvimento de novas tecnologias, e na extensão se transfere esses conhecimentos para a sociedade como um todo, garantindo desta forma o alcance da missão institucional.

Se algum destes elementos forem deixados de fora do processo educativo, a Instituição cumprirá parcialmente sua tarefa como instituição de educação, ciência e tecnologia.

Visando especificar cada um deles, os três são expostos inicialmente de maneira separada, para, logo após, serem explicados de forma associada pelo aspecto da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

3.1 Caracterização do Ensino

O ensino é o processo de compartilhar os saberes construídos historicamente, aprimorando comportamentos e aperfeiçoando as relações. Tem, portanto, caráter reflexivo, pois implica o desejo de compreender o mundo e dele se apropriar, a partir das atividades humanas, ou seja, a partir das interações que os sujeitos realizam entre si e com a natureza.

Embora nesse processo estejam envolvidos os sujeitos que ensinam e os que aprendem, não se trata somente de um processo de transmissão, porque o ato de conhecer pressupõe ação do sujeito que conhece, isto é, ao conhecer o sujeito estabelece relações entre os diversos saberes e, assim, pode produzir novos saberes, que promoverão o desenvolvimento da ciência, da cultura e da tecnologia. Dessa forma, pretende-se que o ensino seja transformador e democrático, garantindo o respeito às individualidades. As ações e os meios de efetivação do ensino devem considerar ao mesmo tempo o contexto e as diversas dimensões da formação do sujeito, pois se deseja que este se constitua cidadão.

O ensino deve ser pautado na interação, no diálogo e na mediação entre professor e aluno, possibilitando uma participação ativa de ambos no processo. O ensino deve ser significativo, ou seja, partir do conhecimento de mundo que o aluno traz e então problematizá-lo, apresentando conhecimentos já sistematizados e historicamente construídos, provocando a reflexão e a crítica, para se construir uma síntese e então produzir novos saberes.

A diversidade das condições de aprendizagem, ou os estilos de aprendizagem, são uma realidade que não pode ser negada. Ao levar em conta a realidade do aluno, é preciso favorecer a transformação para outra realidade que represente igualdade de condições de acesso ao conhecimento e satisfação das necessidades do ser humano. Necessidades que servem como referência para compreensão da ciência, da tecnologia e da educação como atividades, que precisam ser elaboradas em favor do desenvolvimento humano.

Tomando por base os preceitos legais que estabelecem ser a instituição pública e gratuita, as ações educacionais do IF-SC devem sustentar-se nos princípios:

- Todas as ações e vivências estarão imbuídas dos valores éticos.
- Os docentes, técnico-administrativos e alunos tratarão os integrantes da comunidade acadêmica e serão por eles tratados respeitando as diferenças de qualquer natureza.

- O processo educativo desenvolvido será inclusivo, ou seja, respeitará a pluralidade própria da sociedade humana.
- O respeito à natureza e a busca do equilíbrio ambiental serão práticas permanentes no cotidiano da vida acadêmica, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.
- Todos os integrantes da comunidade acadêmica serão educadores e agirão como tal.
- A gestão da instituição será democrática, com participação da comunidade acadêmica nas decisões.
- O trabalho educativo será construído mediante o diálogo, principalmente no que tange ao processo ensino-aprendizagem.
- O trabalho educativo é entendido como um trabalho de humanização, de formação de cidadãos capazes de atuar e modificar a sociedade na qual estão inseridos.
- A tecnologia será valorizada pelo que acrescenta de qualidade à vida humana.
- As atividades de ensino, pesquisa e extensão serão baseadas no princípio da indissociabilidade.

3.1.1 Definição e Importância

O Ensino deve ser articulado a um conjunto de ações, mas tem suas características próprias, representando o cerne das atividades escolares. Não pode ser dissociado dos demais procedimentos educativos, mas necessita garantir sua identidade e singularidade.

Identidade no que se refere ao conjunto de atividades coordenadas por docentes na construção dos saberes, valores e práticas que educarão nossos estudantes. Sempre referenciado na aprendizagem, o ensino deve organizar-se conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, especialmente para a educação profissional e tecnológica, para a construção de competências associadas aos perfis profissionais de formação de nossos cursos, mas não podem desvincular-se do caráter educativo desse processo, estimulando a prática, a pesquisa e a extensão como estratégia de ação.

Singularidade no que se refere à abordagem dos diversos estilos de aprendizagem dos alunos que recebemos em nossas escolas. Os estilos de aprendizagem diferentes, em geral são entendidos como dificuldades de aprendizagem, mas se tratam, na verdade, de diferentes formas de aprender. Essas diferentes formas de aprender, em geral, estão associadas às escolhas de vida, de formação e de prática social de cada indivíduo, bem como às suas características de personalidade e desenvolvimento pessoal.

Assim, o ensino deve sempre estar espelhado na aprendizagem, garantindo além da eficiência na atividade didática, eficácia na atividade pedagógica. Isto, é, não basta que haja um ensino de qualidade, mas sim, que efetivamente

aconteça uma aprendizagem contextualizada, garantidora da construção de saberes e aprimoramento humano do educando.

3.1.2 Principais Objetivos

No IFSC, o ensino, assume outros objetivos além da aprendizagem, da formação e da educação de cidadãos, assume também a função social de inclusão, em diversas dimensões: escolarização, inserção laboral, resgate de direitos, inserção nas práticas sociais, avanço científico e tecnológico.

Conforme a lei de criação dos Institutos Federais, nosso papel de instituição de educação profissional e tecnológica, pressupõe um conjunto de objetivos que nos destacam dentre outras instituições educativas e nos identificam como instituição peculiar, não apenas pela oferta, mas pela referência que devemos ser às demais instituições educativas e instituições sociais.

A escolarização, especialmente para os que não a puderam cumprir no tempo certo de suas vidas escolares, caracterizada nos programas de educação de jovens e adultos, para os quais o IFSC já tem várias experiências de sucesso, deve ser ampliada e consolidada através de um ensino que considere suas peculiaridades.

O programa de certificação de saberes e o programa Mulheres Mil, são um importante momento de acolhida de novos alunos, seja para o resgate social que promovem aos que deles participam, mas, principalmente, como possibilidade de elevação da escolaridade e formação para o trabalho, além das possibilidades de criação de novas alternativas laborais com o apoio do IFSC nas muitas iniciativas daí advindas, como o estímulo à criação de cooperativas, a formação de grupos de trabalhadores para fortalecimento de suas atividades.

O avanço científico e tecnológico, parte integrante do processo de ensino, deve considerar que os saberes se consolidam à medida que mais práticas sociais a eles se incorporam, estabelecendo um processo contínuo de construção do conhecimento e busca de soluções técnicas ou tecnológicas, que por sua vez demanda mais saberes e assim sucessivamente.

3.1.3 Diretrizes Gerais

As diretrizes do ensino em nossa instituição estão alinhadas às Diretrizes Nacionais, no que concerne às normas e procedimentos, mas apresentam peculiaridades que nos identificam e nos desafiam ao longo da consolidação deste Instituto Federal.

A oferta proporcional de matrículas conforme dispositivos legais, especialmente para cursos técnicos, PROEJA e capacitação de docentes; bem como o termo de acordo de metas, estabelecido pelo Ministério da Educação, objetivando o melhor uso dos recursos públicos destinados à Rede Federal, nos fazem dimensionar nossas práticas, planos e projetos com vistas a irmos além do cumprimento das metas, mas inaugurar novas sistemáticas de elaboração de projetos e construção de currículos, com vistas a melhor desempenharmos nossas atividades de ensino e de gestão em direção a

uma concepção única de ensino, mas desdobrada em diferentes estratégias, de acordo com as peculiaridades de cada oferta educativa.

Uma importante diretriz para a vigências deste PDI é a harmonização de currículos, ou seja um mesmo curso ofertado em diferentes campi, deve ter o mesmo projeto pedagógico, uma vez que somos uma instituição única. Este processo deve considerar as discussões dos envolvidos em um mesmo curso, permitindo a construção coletiva de um mesmo curso para vários campi. Não se trata de padrão único de curso, nosso entendimento sobre harmonização é a garantia da identidade única do IFSC em seus vários campi, respeitadas as singularidades.

As demandas locais devem sempre estar presentes no planos de nossas novas ofertas, bem como na atualização da ofertas existentes, garantindo que o instituto esteja inserido na realidade de cada um de seus campi, oferecendo educação profissional e tecnológica em perspectiva nacional, mas com um olhar especial à comunidade onde se insere. Os arranjos produtivos locais devem ser sempre uma fonte de informação para nossa oferta educativa. Conjuntos de atividades econômicas consolidadas, em implantação ou em vislumbre devem fazer parte de nossas diretrizes na construção de planos e projetos educativos, garantindo cada vez mais a perfeita sintonia de cada campus com sua comunidade, sem perder a unicidade do conjunto .

3.1.4 Políticas

Uma das grandes políticas do IFSC é ser um espaço de educação continuada, no sentido mais amplo possível. Nosso entendimento é o de que educação é um processo permanente de aprimoramento do ser humano, esta também pode ser compreendida como um processo de mudança de comportamento através do conhecimento. Tal mudança de comportamento não se resume apenas aos aspectos comportamentais, mas sobretudo à postura diante na sociedade e da natureza. Assim, a educação continuada é cada vez mais uma realidade ao longo da vida de todo cidadão: é sempre necessário um maior ou menor grau aperfeiçoamento, domínio de saberes, apropriação de técnicas e métodos, para os mais variados setores e atividades. O instituto se define como instituição educativa, com excelente capacidade de garantir educação continuada, seja em seus cursos regulares, programas e projetos, bem como nas atividades de pesquisa e extensão, desenvolvidas com imensa diversidade e criatividade.

Ao longo da vigência deste PDI o IFSC ainda está em consolidação de sua estrutura física, contratação de servidores, criação de novas ofertas e todos os desdobramentos daí advindos. Nesse sentido algumas políticas orientam os processo de planejamento e dimensionamento de nossa estrutura:

- Consolidação de nossa oferta educativa nos diferentes níveis e modalidades;
- construção e consolidação do marco regulatório necessário à agilidade de nossos processos, sistemas e métodos;
- implantação de um sistema eletrônico de gerenciamento dos vários processos;

- ampliação de um programa de educação continuada na formação de formadores, aperfeiçoando nossos processos de ensino em direção à proficientes resultados de aprendizagem;
- Fortalecimento das instâncias democráticas de construção coletiva planejamento, projetos, decisões, articulações, normas e procedimentos;
- disseminação da Educação a Distância como prática educativa em todos os campi, além da aplicação de suas soluções educativas à educação presencial;
- participação em todos os fóruns relacionados à educação, especialmente à educação profissional e e tecnológica.

Uma importante política deste instituto é a articulação com a Rede Federal contribuindo para o desenvolvimento do país, solidarizando-se nas demandas das demais instituições, compartilhando soluções e aprimorando a interinstitucionalidade em direção à uma política nacional de Educação Profissional e Tecnológica, premente para o desenvolvimento do Brasil.

3.2 Caracterização da Extensão

3.2.1 Definição

Historicamente a extensão passa por diversas fases práticas e de conceito na educação: a transmissão verticalizada do conhecimento, o voluntarismo de natureza político/pedagógico, movimentos socio-comunitários não sistematizados, e o momento acadêmico institucional dialógico e transformador para todos os sujeitos envolvidos (SERRANO, R.M.S). Cabe ressaltar que as diferentes fases vividas pela extensão impactam até hoje em uma dificuldade de compreensão desta ação institucional.

Embasado nas novas diretrizes nacionais da extensão o IFSC compreende a extensão como um conjunto de atividades em que o IFSC promove a articulação entre os saberes (acadêmico, científico e tecnológico) e a realidade socioeconômica e cultural da região onde está inserido.

Esta definição amplia a ação institucional e o próprio processo educativo e de produção de conhecimento, que busca na realidade da sociedade os objetos de estudo e desenvolve propostas educativas e científicas apicadas ao contexto social.

Tomando como base a lei de criação dos Institutos Federais, ressalta-se que as atividades de extensão deve beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. A partir desse mapeamento, “as atividades de extensão

podem abrir os caminhos de acesso dos diversos públicos às ofertas educativas e oportunidades de formação continuada, contribuindo para democratização institucional (Silva, 2009, p. 44)”.

3.2.2 Importância

As atividades de extensão são extremamente importantes para a formação integral do aluno, uma vez que estão intrinsecamente relacionadas com o seu contexto social, econômico e cultura. Conforme Silva, 2009, p. 44), que diz:

...é pela relação dialógica instituição-comunidade, essencial às atividades de extensão, que se descortinam os referenciais de seleção dos conteúdos e componentes curriculares que poderão contribuir para um ensino contextualizado e significativo e para definição de objetos de pesquisa sintonizados com as demandas sociais locais. Tal postura reconhece a importância dos saberes construídos no seio dos movimentos e organizações sociais na formação do trabalhador. As atividades de extensão são também valiosos instrumentos para inserção do egresso no mundo do trabalho e a manutenção de seu vínculo com a instituição, como canal de informações sobre a efetividade das ações institucionais frente ao cumprimento de suas finalidades.

A extensão deve ser compreendida como prática acadêmica e um meio de articulação com os diversos segmentos sociais, de forma programada e sistemática, a procura de estabelecer parcerias comprometidas com a missão e visão institucional, destacado na sua ação:

- Atuação eficaz na aprendizagem, norteadas na teoria, mas baseada na prática, tornando a aprendizagem complexa e integral, possibilitando aos alunos experiências importantes, não só relacionadas ao estudo, mas sim à convivência social com a comunidade, tornando-os profissionais completos e humanizados.
- Consolidação da imagem institucional na sociedade contribuindo para o processo de implantação dos novos campus e expansão da rede.
- Inserção na comunidade possibilitando conhecer a realidade sócio econômica e cultural no qual o campus está inserido permitindo alinhar as ofertas de ensino e pesquisa de modo a atender as demandas da região (inserção e visibilidade na comunidade).
- Inter-relação das áreas do ensino e da pesquisa e possibilitando a associação da prática acadêmica como a atuação profissional do estudante.

- Contribuição nas transformações sociais, econômicas e políticas, ampliando as possibilidades de acesso a educação e do conhecimento.
- Estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas focadas no desenvolvimento de educação de qualidade, produção de conhecimento e geração de emprego e renda.
- Relação com o mundo do trabalho proporcionando ao docente uma formação continuada e ampla de conceitos, processos e tecnologia e ao discente uma perspectiva de inclusão no mundo do trabalho.

3.2.3 Objetivos

As atividades de extensão têm como objetivo desenvolver ações de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com as políticas sociais, o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando;

- Contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências.
- Buscar interação sistematizada com a comunidade por meio da participação de servidores e discentes em ações integradas com instituições públicas e privadas, e com as entidades da sociedade civil.
- Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem os saberes;
- Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, cultural, ambiental e política, formando profissionais cidadãos.
- Participar de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões.

- Articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismos de inclusão.
- Articular com o Núcleo de Inovação Tecnológica parcerias com a sociedade para a concretização de projetos de extensão com natureza de inovação tecnológica;
- Realizar ações que promovam o desenvolvimento tecnológico e social.

3.2.4 Diretrizes Gerais

O IFSC está apoiado em uma concepção sistematizada e dialógica da atividade de extensão, tendo por finalidade possibilitar que o conhecimento gerado nas práticas de ensino e pesquisa da instituição cheguem nos diferentes segmentos da sociedade atuando de forma transformadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e sustentável.

Para tanto, as principais diretrizes quanto aos discentes nas quais se baseia a extensão são:

- Estimulo a participação do aluno em atividades de extensão através do desenvolvimento de ações na comunidade como parte integrante dos currículos dos cursos ofertados pelo IFSC ou articulado a diferentes áreas do conhecimento.
- Fomento da inserção de atividades de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos, garantindo a flexibilização curricular.
- Possibilitar um contato com o mundo do trabalho, através do estágio, visitas técnicas, transferência de tecnologia e conhecimento favorecendo a inclusão profissional do aluno e do egresso do IFSC.
- Garantir uma formação ampla do aluno por meio do desenvolvimento de atividades que permitam o acesso à ciência, tecnologia, cultura e esporte.
- Inserir os alunos na sociedade para que se sintam corresponsáveis do desenvolvimento de ações profissionais que levem ao desenvolvimento regional.
- Ampliar as experiências discentes em termos teóricos, metodológicos, tecnológicos e de cidadania.

- Fomentar e apoiar programas de mobilidade discente.

Pensando nos servidores as principais diretrizes são:

- proporcionar uma espaço de ação com o mercado profissional favorecendo o contato com as novas tecnologias, formação continuada do docente por meio da troca de conhecimentos e uma contextualização da teoria com a prática.

- Fomentar e incentivar a participação de todos os servidores em ações, projetos e programas de extensão.
- Incentivar e apoiar a produção de material bibliográfico, cartilhas, vídeos e demais produtos de extensão
- Promover a formação de parcerias que possibilite a agregação de conhecimentos e de espaços para desenvolvimento de atividades científicas, artísticas e culturais.
- Apoiar o desenvolvimento de ações de extensão com instituições públicas em especial da Rede de educação profissional e tecnológicas.
- Fortalecer e fomentar a criação de projetos e programas de extensão intercampi e intercursos articulados a pesquisa aplicada.
- Fomentar e apoiar a mobilidade de servidores para o desenvolvimento de projetos e programas de extensão e ações que contribuam com a disseminação do conhecimento e de tecnologias.

Do ponto de vista da sociedade que permeia a Instituição, a extensão tem as seguintes diretrizes:

- Desenvolver de ações entre o IFSC e a sociedade proporcionando o desenvolvimento regional.
- Garantir o processo formativo e a transferência de conhecimento e tecnologia para a sociedade por meio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão,

- Promover a troca de saberes entre sociedade e instituições para promoção do desenvolvimento de ações mútuas.
- Atender as demandas sociais por meio da educação e da pesquisa
- Difundir o conhecimento científico e tecnológico a fim de atender a missão institucional.
- Promover e fomentar ações que ampliem o acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico, fortalecendo a imagem da instituição na comunidade.
- Apoiar e desenvolver projetos de ação social nos campus do IFSC que implementem ações inclusivas e de tecnologias sociais atendendo preferencialmente populações e comunidades em situação de risco alinhadas a áreas temáticas da extensão.

3.2.5 Políticas

- Fortalecer a prestação de Serviços Tecnológicos
- Criar e implementar um Programa de Mapeamento, Proteção e Transferência de Tecnologia
- Ampliação das atividades de cooperação científica e tecnológica com a comunidade externa.
 - Busca pelo aumento de número de patentes
 - Ampliação da divulgação das competências e tecnologias do IFSC para a comunidade externa

3.3 Caracterização da Pesquisa

3.3.1 Definição e contexto

A pesquisa, entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão, visa basicamente à geração e à ampliação do conhecimento e busca a criação e a produção científica ou tecnológica. A pesquisa se torna, na prática, a aplicação dos conhecimentos e saberes na forma de desenvolvimento de um produto, melhoria de um processo ou avanço no conhecimento técnico e científico, especialmente aqueles que são aplicados diretamente ao desenvolvimento do país.

Nesse sentido, o IFSC busca cumprir seu papel de Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão, articulando a produção do conhecimento acadêmico com a aplicação das pesquisas no desenvolvimento científico e tecnológico.

O fomento à pesquisa e à inovação foi uma grande preocupação durante os anos anteriores, por meio da concessão de bolsas de pesquisa aos alunos e servidores, do apoio à realização de projetos, de parcerias com instituições públicas e privadas, e do apoio à participação em eventos científicos, com o objetivo de ampliar a participação de servidores e alunos nas atividades científica, tecnológica e artístico-cultural, visando a melhoria e consolidação da posição do IF-SC junto à sociedade acadêmica e científica, no âmbito regional e nacional.

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) destacou-se nesses anos com a articulação e viabilização de projetos de pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico com empresas e outras instituições de ciência e tecnologia, além de realizar programas para disseminação da cultura da inovação e propriedade intelectual, auxiliando na execução muitos projetos.

Na área de Assuntos Internacionais muitos alunos realizaram intercâmbio em dezenas de diferentes países no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras promovido pelo CNPq e CAPES, mostrando que o processo de internacionalização do IFSC já é uma realidade.

A implementação de vários Doutorados e Mestrados Interinstitucionais (DINTER e MINTER) nos últimos anos contribuíram para o fortalecimento no IF-SC de um ambiente de produção científica e tecnológica, qualificando melhor nossos servidores, além de estreitar os laços do IFSC com outras instituições de ensino renomadas no cenário nacional e internacional.

Além disso, a publicação de revistas e livros, de materiais exclusivos produzidos pelos nossos servidores e alunos, contribuiu para a consolidação de um espaço de diálogo e troca entre a rede federal e a comunidade.

Nesse contexto, a Pesquisa no IFSC tende a se desenvolver muito mais, aproximando o IFSC da sociedade e consolidando-o como uma instituição de excelência no desenvolvimento técnico-científico.

3.3.2 Importância

O Brasil tem crescido no cenário latino-americano e mundial, tornando-se a 7ª economia no mundo, crescendo em média 5% ao ano. Esse crescimento contribui para a erradicação da pobreza, do crescimento da classe média, da ampliação da faixa de pessoas que saíram da condição de pobres para a classe média,

ampliação da renda média, entre outros. Um efeito visível é a mudança de hábito dos consumidores, indicando a mudança social ocorrida como benefícios do crescimento econômico e da estabilidade financeira.

Neste contexto, no entanto, o país vive um apagão nas áreas técnicas/tecnológicas, justamente por ter investido pouco na educação profissional e tecnológica, ação que pretende mudar com a ampliação dos Institutos Federais. Cabe aos IFs a enorme tarefa de produzir pessoas qualificadas para alavancar o país, retirando-o do atraso tecnológico em que se encontra.

A forma de fazer isso passa pela educação como um todo, desde cursos técnicos, passando pela graduação e pós-graduação. Em todos esses níveis deve haver pesquisa e extensão, pois são elos fundamentais ao ensino, criando nos alunos a clara noção de que o conhecimento deve ser aplicado em situações reais da sociedade, e fortalecendo o conhecimento teórico elaborado em sala de aula.

Além do aluno, tem-se em vista a própria sociedade, pois a aproximação com as indústrias, por exemplo, traz enormes benefícios as mesmas, fortalecendo-a para que não só permaneça no mercado, como também amplie sua atuação.

O país tem percebido isso, e tem divulgado vários planos de crescimento na área tecnológica, tais como o Plano Brasil Maior, a criação de Pólos de Inovação, a EMBRAPA e outras ações governamentais que mostram a grande necessidade de melhorar a pesquisa aplicada no país. Os contextos estaduais e até municipais mostram-se favoráveis a busca de Inovação, que passa, obrigatoriamente, pela pesquisa e extensão.

Nesse contexto nacional que o IFSC procura atuar como mediador do conhecimento aplicado e formador de mão-de-obra qualificada na área tecnológica. A pesquisa não está ausente desse tema e por isso buscou-se fundamentar em normas e legislações internas que permitam ao pesquisador do IFSC, quer seja servidor, quer seja aluno, a participar do processo benéfico da pesquisa.

Para dar base as diversas atividades que envolve a pesquisa, foi criada a Resolução nº 086, em 2011, aprovada pelo CEPE, visando dar todo o procedimento necessário para quem deseja participar de projetos de pesquisa, remunerados ou não, internos ao IFSC ou com instituições parceiras. Um servidor está amparado nessa Resolução para dar andamento, de forma legal, as diversas atividades relacionadas a pesquisa.

A visão do IFSC aponta para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e a Lei da criação dos IF tem isso em mente também. Portanto, esse aspecto não deve ser relegado a um segundo plano, devendo ser apoiado, de maneira positiva, por todos os órgãos e colegiados interno, para que, de fato e de direito,

tenhamos o IFSC como um “**centro de excelência em desenvolvimento científico e tecnológico**”, como preconiza nossa missão.

3.3.3 Principais Objetivos

O Artigo 6º da lei da Criação dos Institutos Federais diz, no seu oitavo item, que a **finalidade** dos Institutos Federais é:

“realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico”.

Da mesma forma, no Art. 7º, no seu terceiro item, são **objetivos** dos Institutos Federais

“realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade” e

Mais adiante, fala que é objetivo é ministrar :

“cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento” e

“cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica”.

Internamente, as atividades de pesquisa no IF-SC são reguladas pela Resolução 086/2011/CEPE, indicando que a pesquisa visa:

I - Incentivar a participação de servidores e alunos do IF-SC em projetos, programas e ações de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, no âmbito do IF-SC e em conjunto com instituições públicas e privadas.

II – Integrar a pesquisa e o ensino com as demandas da sociedade, os seus interesses e as suas necessidades, estabelecendo mecanismos que interrelacionem o saber científico e o saber popular de forma articulada com a extensão.

III – Articular com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) parcerias com a sociedade para a concretização de projetos que envolvam pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo.”

O processo da pesquisa envolve todos os servidores do IFSC, que tem a função de ampliar seus conhecimentos para além dos livros, aplicando o conhecimento em situações reais, do dia a dia das empresas, da comunidade ou da sociedade na qual estão inseridos, preferencialmente atendendo as demandas locais por meio da avaliação dos Arranjos Produtivos Locais.

Para isso os docentes devem ter em mente que, além de ministrarem aulas devem usar a ferramenta da pesquisa aplicada para auxiliar os alunos no processo de ensino-aprendizagem, organizando-se para que tenha tempo e condições de ampliar esses conhecimentos, visando transferir para a sociedade, por meio da extensão, aquilo que foi obtido nos laboratórios internos de pesquisa.

Ao longo desse processo de pesquisa, a inovação deve ser um norteador dos rumos que a pesquisa toma no IFSC, para que tenhamos, de fato, excelência no desenvolvimento da tecnologia. Para isso, a inovação será tratada como um dos principais eixos alavancadores das pesquisas, trazendo ao IFSC um número maior de patentes, e o reconhecimento da sociedade por aquilo que influencia a própria sociedade.

3.3.4 Diretrizes Gerais

Busca-se uma concepção de pesquisa na perspectiva de construção coletiva. Isso significa que a pesquisa terá de ir além do caráter acadêmico atrelado à formação na pós-graduação. Ela será, sobretudo, uma resposta às necessidades que emergem na articulação entre currículos e anseios da comunidade.

Para tanto, as principais diretrizes quanto aos discentes nas quais se baseia a pesquisa são:

- Envolver o aluno, preparando-o para que se torne capaz de fazer intervenções na sociedade no sentido de superar as desigualdades sociais;
- Criar oportunidades educacionais que permitam a capacitação profissional constante dos alunos, com o oferecimento de programas de pesquisa em diferentes níveis;
- Atuar diretamente em problemas técnico-científicos oriundos da sociedade;
- Prezar pela qualidade do ensino, por meio de pesquisas bem direcionadas, associadas ao conhecimento desenvolvido nos cursos do IFSC;

- Valorizar a competência do aluno, incentivando aqueles que se dedicam e participam mais
- Pesquisar a educação tecnológica e seus meios de aumentar a qualidade educacional dos seus alunos.

Pensando em servidores, as principais diretrizes são:

- Preparar os servidores da Instituição para melhor exercer suas atividades-fim;
- Permitir/incentivar a pesquisa em todos os níveis de ensino;
- Fomentar/fortalecer os Grupos de Pesquisa;
- Fomentar/fortalecer a Pós-graduação;
- Facilitar/incentivar a disseminação do conhecimento produzido pelo IFSC;
- Ampliar a participação do IFSC em publicações nacionais e internacionais;
- Permitir o acesso a bases de conhecimento indexados;
- Facilitar o desenvolvimento de redes de cooperação de pesquisa;
- Apoiar a mobilidade de servidores, visando a participação conjunta em projetos de pesquisa interinstitucionais;
- Promover o compartilhamento de espaços físicos e equipamentos destinados a pesquisa;
- Promover a participação dos servidores em eventos científicos nacionais e internacionais.

Do ponto de vista da sociedade que permeia a Instituição, a pesquisa tem as seguintes diretrizes:

- Estabelecer laços com empresas e órgãos de fomento;
- Facilitar o processo institucional para permitir pesquisa com empresas;

- Transferir, articulado com a Extensão, a pesquisa realizada internamente para a sociedade, gerando inovação;
- Fomentar e fortalecer a inovação e o empreendedorismo, por meio do fortalecimento do NIT.

3.3.5 Principais políticas

A pesquisa tem duas linhas norteadoras principais: fortalecer Grupos de Pesquisa e cursos de Pós-Graduação.

Visa, portanto, incentivar grupos de pesquisadores alinhados em um Grupo de Pesquisa, de tal maneira que produzam conhecimentos e saberes em conjunto, buscando a unicidade da instituição, e vocacionando-a para que possua, como desdobramento natural de grupos de pesquisa fortes, cursos técnicos, de graduação e pós-graduação (stricto-sensu e lato-sensu) fortes e atuantes no mundo tecnológico.

Grupos de pesquisadores tendem a produzir informações relevantes e que devem ser publicados, quer na forma de artigos, quer na forma de livros, ou ainda na produção de periódicos associados à área de interesse daquele grupo de pesquisadores. Para isso fortalece-se, indiretamente, toda a parte de participação em eventos e publicações em geral.

Para fortalecer a pesquisa, destacam-se as seguintes políticas:

- Fortalecimento dos Grupos de Pesquisa do IFSC, fortalecendo os elos que ligam pesquisadores, alunos, publicações, pós-graduação e inovação.
- Aprimorar o processo de Gestão de projetos de pesquisa
- Incentivar a captação de recursos externos para pesquisa
- Criar e implementar um Programa de Mapeamento, Proteção e Transferência de Tecnologia
- Disseminar a cultura da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual
- Criar e implantar o Programa de Incentivo à publicação e divulgação dos resultados científicos e tecnológicos.

- Ampliar a oferta interna de editais de pesquisa, extensão e inovação.
- Fomentar ações empreendedoras integradas às atividades de ensino, pesquisa e extensão
- Ampliação das atividades de cooperação científica e tecnológica
- Busca pelo aumento de número de patentes
- Ampliação da divulgação das competências e tecnologias do IFSC

A Pós-graduação, por sua vez, merece destaque especial, pois é um dos elementos de incentivo da pesquisa, pois entendemos ser importante a inserção da pesquisa na sociedade, especialmente por meio de mestrados e doutorados profissionais, que aproximam a sociedade dos centros do conhecimento, tais como o IFSC.

Entre as metas para a pós-graduação, destaca-se a abertura de novos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*, pois hoje o IFSC conta com apenas 01 curso. Além disso, para manter a pós-graduação, necessitamos também de ações que visam:

- Elevar o patamar na avaliação da CAPES como decorrência da qualidade dos cursos ofertados;
- Tornar o IFSC uma referência em Pós-graduação nos Institutos federais;
- Realizar intercâmbios nacionais e internacionais com professores, visando ampliar a Pós-graduação para além-muros do IFSC;
- Ampliação de ofertas de doutorado Interinstitucional (DINTER) e Mestrados Interinstitucionais (MINTER);
- Participar de programas de intercâmbio internacional.

3.4 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

Ao falarmos em indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão pretendemos ressaltar que cada uma dessas atividades mesmo que possa ser realizada em tempos e espaços distintos tem um eixo fundamental:

constituir a função social da instituição de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária.

A Constituição Federal de 1988, nos termos do artigo 207 pode ser referenciada como um marco da inclusão da indissociabilidade do ensino pesquisa e extensão nos referencias da educação superior e dá início ao rompimento do processo dissociativo destes 3 componentes curriculares e institucionais.

É necessário compreender que o ensino não se resume em compartilhar saberes já produzidos. Se o professor e o aluno forem sujeitos ativos no processo ensino-aprendizagem, o espaço acadêmico será, também, um espaço para produzir novos saberes, evidentemente, considerando as possibilidades de cada momento do percurso formativo. O fundamental é entender que se as relações que se estabelecem na instituição são marcadas pela ação crítica e criadora, o exercício da investigação e da pesquisa será incorporado como prática, seja no processo pedagógico, seja nos processos de realimentação do trabalho docente, no sentido de dar maior consistência às relações que se estabelecem entre instituição e as demandas sociais.

Para que se possa visualizar e praticar ensino, pesquisa e extensão de modo articulado será necessário criar condições objetivas tanto em termos materiais e físicos quanto em termos de gestão. Isso significa que as atividades não serão restritas à sala de aula. Todos os profissionais da instituição poderão constituir-se pesquisadores e poderão atuar em atividades de extensão, desde que essas atividades estejam voltadas à consolidação das finalidades do IFSC e desde que não infrinja as atribuições de sua função.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um elemento estruturante do projeto pedagógico do Instituto Federal, não como uma mera questão formal, mas como princípio epistemológico, que remete à concepção e à identidade da instituição. Trata-se de um processo de produção do conhecimento por meio da ação investigativa que intervenham na realidade da sociedade no qual a instituição encontra-se inserida.

Nessa instituição socialmente referenciada, busca-se responder organicamente às demandas sociais articulando o desenvolvimento científico, com as transformações decorrentes da tecnologia e os rumos da sociedade contemporânea. Sendo assim, o contexto de criação do Instituto Federal, revela-se como fator estratégico para intervir decisivamente no desenvolvimento da identidade cultural, científica e tecnológica, local, regional e nacional.

A partir da reestruturação da educação profissional, proposta pela lei 11892, os Institutos Federais passam a ocupar-se, “de forma mais substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado

para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas” (MEC, 2010).

Está expresso na lei de criação dos institutos federais que estes devem articular o ensino com a pesquisa aplicada e com a extensão. O ensino é entendido “como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana.” (SILVA, 2009, p.10 e 11). Por essa razão, deve ser pensado em sintonia com a realidade do mundo atual, permitindo a formação continuada do trabalhador ao longo de sua vida, sem desconsiderar as competências e habilidades desenvolvidas na sua vivência diária. Nessa perspectiva, a educação profissional acontece no âmbito da ciência e da tecnologia por meio da indissociabilidade da prática e da teoria. A pesquisa, nesse caso, deve focar o “desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade”. Já a extensão pode ser entendida como o processo institucional de ampliar o acesso da educação, ciência e tecnologia aos demais atores sociais, de acordo com os “princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos” (Lei 11892 de 2008).

Na relação ensino, pesquisa e extensão, amplia-se o conceito de aula, para além do tempo formal na instituição, para todo tempo e espaço, dentro ou fora da instituição. O lugar da pesquisa ultrapassa o caráter acadêmico atrelado, principalmente, à pós-graduação. A pesquisa é princípio educativo em cursos de todos os níveis e modalidades e deve se constituir em trabalho específico e sistemático em resposta às necessidades que emergem na articulação entre o currículo e os anseios da comunidade.

Um aspecto importante a ser considerado referente a pesquisa e a extensão é o seu papel fundamental no sentido de orientar o desenvolvimento tecnológico do país, possibilitando que não sejamos mais reféns de tecnologia importada, que dificulta o crescimento tecnológico tão necessário ao Brasil que está em franca expansão econômica e social.

A política de ensino, pesquisa e extensão do IFSC está alinhada com a política do Plano Brasil Maior, que visa “1) sustentar o crescimento econômico inclusivo num contexto econômico adverso; 2) sair da crise internacional em melhor posição do que entrou, o que resultaria numa mudança estrutural da inserção do país na economia mundial. Para tanto, o Plano tem como foco a inovação e o adensamento produtivo do parque industrial brasileiro, objetivando ganhos sustentados da produtividade do trabalho” (MDIC, 2012).

A concretização da articulação entre ensino, pesquisa e extensão ocorrerá a partir do cumprimento das finalidades e características dispostas no artigo 6º da Lei nº 11892, de criação dos Institutos. Dentre elas destacam-se:

- O desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- O vínculo entre a oferta formativa e a consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- O estímulo ao desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação empírica;
- A qualificação como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências, sobretudo no que se refere à formação de professores das redes públicas de ensino;
- O desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- A realização de pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- A promoção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais;
- O desenvolvimento de atividades em que cooperam o ensino, a pesquisa e a extensão, tais como seminários, forums, encontros, eventos que permitam a integração, a socialização de saberes, e a ajuda mútua, visando o fortalecimento da educação.

Por meio da indissociabilidade entre o ensino a pesquisa e a extensão a instituições possibilita o retorno do saber a sociedade em um fluxo dinâmico de conhecimento entre instituição – professor- aluno e sociedade em uma transformação mútua, traduzindo a indissociabilidade em aprendizagem, produção e socialização do conhecimento.

O efetivo exercício da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão no âmbito das instituições de educação indica a sua qualidade e o desempenho do seu compromisso social, pois a própria Lei de criação dos Institutos Federais aponta para isso, nos incisos de VII a IX, que esses conhecimentos “devem ser interpretados conjuntamente. Eles nos indicam um modelo institucional visceralmente ligado às questões da inovação e transferência tecnológica sem deixar de lado a dimensão cultural e a busca do equilíbrio entre

desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. É ressaltado o estímulo ao empreendedorismo e ao cooperativismo. No espírito da lei, percebe-se como eixo da atuação dessas instituições um projeto de formação emancipatória. Em tal proposta não cabe a compreensão do empreendedorismo em sua acepção restrita de competitividade e individualização da responsabilidade pelo sucesso ou fracasso profissional. O empreender é entendido em sua dimensão criativa e no comportamento pró-ativo na busca de alternativas viáveis para solução de problemas coletivos. Na maior parte de suas finalidades, observa-se a insistência no estabelecimento de uma relação transformadora com a sociedade. Nesse sentido, as ações de extensão surgem como o laço entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, devendo impactar na contínua revisão e harmonização do ensino e da pesquisa com as necessidades socioeconômicas e culturais no diálogo permanente com os conhecimentos produzidos pela sociedade." (SILVA, 2009).

3.3.5 Referenciais para elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos

Os projetos pedagógicos de curso – PPC de todo o IFSC respeitam às mesmas concepções de educação, ensino, pesquisa, extensão e gestão que permeiam toda atividade da instituição, respeitando as peculiaridades de cada oferta educativa, os PPC devem ser elaborados e implementados na busca da construção de competências, seus conhecimentos, habilidades e atitudes coerentes com a Educação Profissional e Tecnológica – EPT, as diretrizes nacionais e demais documentos oficiais, mas têm entre si estreita correlação de abordagem, sintonia, métodos educativos e processos avaliativos que permitem visualizar a coerência entre os diversos itinerários formativos e seus respectivos arcos ocupacionais.

Mesmo ofertando EPT em diversos níveis e modalidades, com todas as combinações escolares possíveis, sempre buscando atender às demandas sociais, o IFSC mantém estreita articulação entre suas ofertas, de forma que as concepções de educação e EPT estejam sempre presentes nos processos educativos, certificando nossa identidade a qualquer tempo e em qualquer atividade.

O CONSUP e o CEPE são as instâncias deliberativas sobre oferta educativa, cabendo ao CEPE a elaboração de procedimentos, instrumentos e fluxos para tramitação de processos na área do ensino. O CONSUP delibera sobre autorização da oferta.

Um conjunto de normas nacionais são observadas nos procedimentos e projetos do IFSC, mas temos nossas próprias estratégias de construção da identidade pela coerência de concepções e procedimentos educativos, dentre os quais destacamos:

- cada PPC deve justificar a oferta, esboçar um perfil profissional de formação, argumentar uma matriz curricular e um sistema de avaliação de acordo com seu nível de escolaridade;
- todos os projetos são analisados no CEPE para emissão de parecer ou reconsideração de seu projeto, quando for o caso;
- os cursos técnicos e de graduação em análise merecem avaliação de comissão externa, utilizando os instrumentos de avaliação emitindo parecer que instruirá a deliberação do CEPE e a decisão do CONSUP;
- cada curso de graduação e pós-graduação strictu senso deverá ter seu PPC complementado por um plano de implementação, que deverá esclarecer todas as condições necessárias à implementação do curso, especialmente no que se refere a infraestrutura e corpo docente;

Estão em elaboração ao longo deste PDI, diretrizes curriculares para oferta de cursos no IFSC, esses documentos consolidarão nossa política de ensino e simplificarão nossos procedimentos na tramitação de processos regulatórios dos cursos de nossa oferta.

A construção de um catálogo de cursos do IFSC é uma importante tarefa em construção, tal documento permitirá que toda a comunidade interna e externa tenha acesso a todas as informações de nossa oferta educativa com todos os assuntos de interesse, didaticamente organizados.

3.3.6 Formação de formadores

Um dos artigos mais inovadores na lei de criação dos institutos foi a inclusão da formação docente como parte de nossas atribuições. Este PDI consolida essa prerrogativa de forma mais abrangente que o espírito da lei, que cita nos objetivos dos IF, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional”.

Essa maior abrangência é parte de nosso entendimento de que o apoio à educação básica é dever de todas as instituições da nação. Sendo um imenso desafio a busca da qualidade educativa de nossa

educação básica, o IFSC entende que deve participar desse esforço, seja pela formação de professores, através de nossas licenciaturas, seja por um grande conjunto de ações para além de cursos de graduação.

A Formação de Formadores, toma assim, maior dimensão do que apenas diplomar licenciados. Os cursos de especialização e aperfeiçoamento para professores das redes públicas, os projetos de pesquisa e extensão envolvendo outros colegas do magistério público. O programa de apoios à docência, o PARFOR, os programas de mestrado e doutorado que qualificam professores para a área de educação e as demais áreas do ensino superior, são parte desse esforço.

Um conjunto de convênios com prefeituras municipais vêm sendo firmados para que nossos cursos de licenciatura possam capacitar professores da rede básica de educação no aprimoramento, aperfeiçoamento e especialização docente, compromisso que deve se ampliar durante a vigência desse PDI.

Um destaque é importante no conceito de formação de formadores: a formação de professores para a EPT, pouca oferta nessa área acontece no país, na maioria dos casos são programas especiais, transitórios, sazonais de formação docente. O IFSC deve propor um programa permanente de formação de professores para a EPT, seja em cursos de licenciatura ou pós-graduação tanto para seus próprios servidores, quanto para a comunidade externa.

4. Gestão

4.1 Concepções

É possível observar que a Lei 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, tem como uma das principais características a descentralização, colocando a gestão democrática como principal forma de integração da educação com a nova organização social.

Dessa forma, a LDB 9394/96 não deixa dúvidas de que a escola deva aproximar-se da comunidade, fazendo parte dela e fazendo com que ela também participe de forma ativa dos processos.

Seguindo em conformidade com a Lei, ou seja, considerando como referência a autonomia institucional e a gestão democrática como elementos sustentadores de sua base, compreende-se que os interesses e anseios da comunidade institucional, coletivamente, delimitarão as normas de organização dos processos.

A gestão democrática esta associada à democracia participativa. A descentralização, a autonomia e a participação estabelecem abertura de novas arenas públicas de decisão, que conferem a cada escola sua

singularidade, sua identidade própria, tendo a qualidade do ensino como ponto central de qualquer proposta para escola pública. No exercício da construção da autonomia escolar, não obstante seus percalços e desafios são visíveis e promissores os benefícios e as vantagens produzidos nessa vivência. A Escola torna-se palco de experiências democráticas, em que a participação e a autonomia devem ocorrer de forma transparente, respeitando a diversidade, o pluralismo e os valores éticos.

Com relação ao significado do termo autonomia, verifica-se que o mesmo está relacionado com independência, liberdade ou autossuficiência. Em Ciência Política, a autonomia de um governo ou de uma região pressupõe a elaboração de suas próprias leis e regras sem interferência de um governo central nas tomadas de decisões. Em Filosofia, autonomia é um conceito que determina a liberdade de indivíduo em gerir livremente a sua vida, efetuando racionalmente as suas próprias escolhas.

Paulo Freire por sua vez propõe uma pedagogia da autonomia na medida em que sua proposta está "fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando" (FREIRE, 2000a, p. 11). Opta-se por usar a expressão "educação para a autonomia" com o objetivo de enfatizar que a autonomia deve ser conquistada, construída a partir das decisões, das vivências, da própria liberdade. Ou seja, embora a autonomia seja um atributo humano essencial, na medida em que está vinculada à idéia de dignidade, defende-se que ninguém é espontaneamente autônomo, ela é uma conquista que deve ser realizada. E a educação deve proporcionar contextos formativos que sejam adequados para que os educandos possam se fazer autônomos.

A temática da autonomia que ganhou centralidade nos pensadores e na educação moderna, ganha em Paulo Freire um sentido sócio-político-pedagógico: autonomia é a condição sócio-histórica de um povo ou pessoa que tenha se libertado, se emancipado, das opressões que restringem ou anulam sua liberdade de determinação. E conquistar a própria autonomia implica, para Freire, em libertação das estruturas opressoras. "A libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela" (FREIRE, 1983, p.32). Não há libertação que se faça com homens e mulheres passivos, é necessária conscientização e intervenção no mundo. A autonomia, além da liberdade de pensar por si, além da capacidade de guiar-se por princípios que concordem com a própria razão, envolve a capacidade de realizar, o que exige um homem consciente e ativo, por isso o homem passivo é contrário ao homem autônomo.

Ainda na condição de CEFET-SC, em 2006, essa instituição vivenciou uma experiência pioneira na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica instalando a Direção Geral fora do espaço físico da Unidade sede, hoje Campus Florianópolis. Essa mudança fez com que as Unidades ganhassem mais autonomia e fortalecimento de sua identidade. Com a transformação em Instituto Federal - IF-SC, esse

modelo de gestão descentralizada consolida-se, com a constituição da reitoria e dos Campi com autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

Assim, configurando-se como uma estrutura multicampi, o IF-SC precisa estabelecer mecanismos de gestão que garantam a autonomia dos Campi e ao mesmo tempo fortaleçam o caráter sistêmico do Instituto. Como os Campi atuam em comunidades diferenciadas, precisam praticar a autonomia, que será verdadeira quando cada Campus puder tomar decisões e encaminhar seus trabalhos, respeitando suas peculiaridades, atendendo, portanto, às características e necessidades do contexto em que está inserido. Isso, entretanto, requer políticas institucionais claras em termos pedagógico, administrativo e financeiro.

É importante destacar portanto, a distinção entre autonomia e soberania. Esta é prerrogativa da nação, emanada do povo, como expressão maior da democracia. Assim, a autonomia deve ser exercida nos limites de um projeto de nação esculpido democraticamente pela população. E a esse devem estar submetidos os interesses específicos de qualquer representação, por mais legítimos que sejam. Ao estabelecer uma estrutura multicampi em que todos os campi possuem um elevado e isonômico grau de autonomia, afirma-se o território como dimensão essencial de sua função. Consequentemente, na configuração dessa esfera exterior (os limites do território), estabelecem-se os princípios para sua ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, não cerceadores de sua autonomia. Essa circunscrição do local e do regional vem, sobretudo, enriquecida do sentido maior da construção da autonomia dessas regiões; e, tomando como base suas identidades, estabelece formas de diálogo permanente, na perspectiva da superação de limites que favoreçam a exclusão (BRASIL, 2008).

Segundo o MEC, a consolidação do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, se configura com a criação de um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estruturado a partir do potencial instalado nos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e vinculadas às Universidades Federais, terão como foco a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias, responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos e tecnológicos e de suporte aos arranjos profissionais e permitirão que o Brasil atinja condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico. (BRASIL, 2008)

Assim, o modelo de Instituto Federal surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 2008).

Portanto, conforme o documento norteador do MEC, os Institutos Federais foram criados para assumir o importante papel de catalisador na transformação da qualidade de vida de brasileiros, seja por meio de sua inserção contribuindo para desenvolvimento local, regional ou nacional, quer pelo domínio e produção do conhecimento; revelando-se, portanto, espaços privilegiados para a construção e democratização do conhecimento (BRASIL, 2008).

Nesta conjuntura, os Institutos Federais verdadeiros fomentadores do diálogo dentro de seu território, em seu compromisso com a humanidade, por intermédio da realização de ações conjuntas que agregam o ensino, a pesquisa e a extensão, de forma indissociada, buscam construir de forma colaborativa, alternativas cognitivas que venham orientar as experiências educacionais inclusivas. E mais, os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de reconhecimento e valorização dos mesmos nos planos nacional e global (Brasil, 2008).

Diante disso, torna-se fundamental no IFSC a prática da indissociabilidade do tríade ensino, pesquisa e extensão. A instituição que pratica esse tripé é detentora da grande virtude do compromisso social, pois consegue assimilar as demandas sociais e incorporá-las em seus currículos e ações. Uma instituição que se distancia das questões sociais torna-se mais susceptível a produção de conhecimento com baixa aplicabilidade prática. Portanto, é preciso levar em consideração que a instituição não se restrinja a conhecimentos científicos e tecnológicos, mas também a objetivos econômicos, políticos, sociais e culturais.

4.2 Relevância

Considerando que o IF-SC prima por sua função social, faz-se necessário que sua gestão pedagógica, administrativa e financeira seja democrática e transparente, para que na pluralidade de visões constitua-se o caráter público das práticas da instituição. Para tal, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica vejam-se co-responsáveis pela concepção, execução e acompanhamento das ações.

Gerir envolve uma gama muito mais abrangente e diversificada de atividades do que no passado. Conseqüentemente o gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições totalmente diferentes do que antes. Nesse contexto, entende-se que gestão é uma prática social, dependendo de pessoas, da sociedade, da economia, da cultura, das possibilidades tecnológicas e de outras tantas dimensões da vida.

Na gestão pública, essas variáveis têm ainda maior influência, pois a capacidade de mediação é um dos requisitos fundamentais. A diversidade de opiniões será considerada como parte do processo democrático e participativo, de forma a contribuir para o fortalecimento e construção da identidade institucional. Nessa perspectiva de gestão democrática, destaca-se o papel do gestor, no sentido de mobilizar de forma constante a comunidade acadêmica, de modo a tornar possível o processo democrático e participativo.

Nos processos de gestão, é fundamental ressaltar que as pessoas são os agentes das mudanças. Os gestores e cada membro da comunidade acadêmica, em particular, têm contribuição indispensável na construção da gestão democrática. Por isso, é imprescindível que haja uma política de valorização dos servidores e a promoção da igualdade de oportunidades, para que todos se sintam parte da instituição, identificando-se em seu trabalho e assumindo-se co-responsáveis no desenvolvimento dos processos.

Nessa perspectiva, a formação continuada tem fundamental importância, pois além de possibilitar a qualificação, a competência e a progressão funcional na carreira, propicia o desenvolvimento profissional dos servidores articulado ao projeto e às finalidades da instituição.

É imprescindível, ainda, que se promova o espaço de discussão e de preparação da comunidade acadêmica para tomar decisões coletivas. Esse espaço contribui para a formação dos sujeitos, todos crescem e aperfeiçoam sua condição de cidadãos e, sobretudo, qualifica as decisões e ações.

O modelo de gestão refere-se ao arranjo relativo do “como fazer”. Atualmente entende-se que o modelo de gestão deve cuidar dos processos de aprendizado organizacional, necessários à evolução da organização, tanto em sua dimensão operacional (uso dos recursos) como em sua dimensão estratégica (realocação dos recursos), dada a evolução do ambiente e da própria organização. É o modelo planejado sobre como a organização deveria ser estruturada e gerida, para que atenda determinados objetivos e finalidades definidos em certo momento. Trata-se de agir com efetividade, propiciando que a Instituição evolua continuamente.

É fundamental que a gestão da instituição deva ser essencialmente voltada para o atendimento de seus públicos estratégicos, proporcionando-lhe educação formal de qualidade, bem como à comunidade,

disponibilizando oportunidades educacionais, culturais e de extensão. A continuidade e expansão da adoção de um modelo de gestão democrático e diferenciado abrem o caminho para a inovação gerencial.

O gerenciamento da concepção complexa de Instituição educacional, referida anteriormente, requer, além do estabelecimento de uma nova política de atuação, também uma concepção de gestão que permita administrar essa complexidade, envolvendo os diferentes atores organizacionais e recursos necessários. Nessa perspectiva de renovação, destaca-se, também, o cenário político que, por meio de políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas sociais do país, tem contribuído sobremaneira para o resgate das Instituições educacionais.

A nova realidade organizacional do IF-SC aumenta a sua responsabilidade relacionada ao atendimento das demandas sociais, pois os Institutos Federais têm com uma de suas finalidades a formação de educadores.

Entender o contexto em que se atua, seja do ponto de vista regional, nacional e, até, internacional, é fundamental para todo o corpo de servidores e discentes. Um modelo de gestão focado nas necessidades sociais, buscando superá-las, fomentará um referencial para desenvolver as políticas da instituição.

Outro destaque importante refere-se à promoção da avaliação sistemática dos processos, tanto no âmbito pedagógico quanto administrativo..

A avaliação institucional consiste em obter dados quantitativos e qualitativos para efetuar análises que permitam a tomada de decisões acerca do desenvolvimento da instituição. Essa avaliação deve ser abrangente e aberta a todos os envolvidos nos processos. Essa prática de avaliação servirá para orientar a gestão, garantindo a democracia e a transparência.

Ela está diretamente relacionada ao cumprimento das finalidades da instituição. Compreende a análise quantitativa e qualitativa dos processos pedagógicos, dos cursos oferecidos, das condições disponíveis, relacionando-os às demandas educacionais. Essa avaliação acontecerá, sistematicamente, associada a cada processo e a cada ação da instituição, de tal maneira que sempre indagará se as práticas realizadas correspondem à instituição, ao currículo, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão que se deseja.

Dentre as ferramentas existentes, é importante consolidar o papel e a importância da comissão própria de avaliação - CPA, bem como garantir que o processo de avaliação esteja em consonância com o sistema de avaliação superior, aprimorando a utilização dos resultados nos processos diretivos, aliando-os às ferramentas de gestão.

A avaliação, portanto, deverá estar presente em todos os momentos, de modo que seja um processo cíclico e contínuo, reflexivo, individualizado e coletivo, múltiplo e participativo, voltado a realimentar os

processos e redimensioná-los, para promover as mudanças necessárias ao alcance das finalidades e metas do IF-SC.

É importante considerar também a adoção de formas mais flexíveis de organização do trabalho, com a estruturação de fóruns para discussão e decisão colegiadas, formação de grupos de trabalho multidisciplinares para solução de situações específicas, elaboração de projetos para captação de recursos e outros.

A consolidação dos órgãos colegiados, de caráter consultivo ou deliberativo, concebidos sob a ótica dos princípios democráticos e funcionando sob a vertente da metodologia participativa tem se revelado como um importante diferencial e desafio para a comunidade acadêmica. Destaca-se o importante papel dos colegiados enquanto instrumentos integradores, facilitando a comunicação, a coordenação e o controle dos elementos diferenciados.

A continuidade e expansão da adoção de um modelo de gestão democrático, participativo, inclusivo e diferenciado abrem o caminho para a inovação gerencial.

4.3 Princípios para a Gestão

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello princípio é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para exata compreensão e inteligência delas, exatamente porque define a lógica e a racionalidade do sistema normativo, conferindo-lhe a tônica que lhe dá sentido harmônico.

O sentido etimológico da palavra princípio nos faz compreender o seu significado como o ponto de partida, o começo de alguma coisa, aquilo que vem antes, na frente, o que fundamenta.

Considerando assim, em todo processo de qualquer escolha ou tomada de decisão levamos em conta um conjunto de valores que carregamos e que regem nossas ações. Somos os princípios que nos constituem ou defendemos.

Portanto, ao definirmos o conjunto de Políticas, Diretrizes, Planos e Projetos, quaisquer que sejam, é imperioso consultar os princípios que orientarão todas as nossas ações.

Nesse sentido, para garantir uma Gestão pautada na democracia, inclusão e indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, as ações do IFSC se nortearão com base nos seguintes princípios:

- Garantia da gestão pedagógica, administrativa e financeira de forma democrática, colaborativa, solidária, transparente e participativa para toda a organização do Instituto.
- Respeito às leis e normas que regem a educação e a instituição, promovendo, sempre que necessário, as devidas intervenções para que sejam revisadas.

- Garantia do cumprimento dos direitos e deveres de todos os integrantes da comunidade acadêmica, bem como as atribuições dos diversos profissionais e seus respectivos setores.
- Ensino como atividade principal do IFSC, em torno da qual se organizam a pesquisa, a extensão e a gestão dos Câmpus.
- Respeito aos princípios gerais da Administração pública, no desenvolvimento das atividades institucionais.
- Zelo quanto à identidade de Instituição de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
- Respeito à pluralidade de idéias.
- Integração, solidariedade e compartilhamento de conhecimentos e boas práticas na comunidade acadêmica.
- Cultura voltada ao favorecimento da aprendizagem individual e organizacional e da inovação.
- Promoção de políticas inclusivas, que garantam a permanência e êxito.
- Incorporação dos avanços tecnológicos e estabelecimento das condições necessárias para que os trabalhos nos diversos Câmpus e Reitoria sejam realizados de forma integrada e em rede.
- Transparência voltada à disponibilização, diretamente aos interessados e cidadãos, de informações relacionadas com a atuação institucional, como condição de participação da cidadania no bojo do processo democrático e de controle social das políticas públicas.

4.4 Diretrizes

Diretrizes são os caminhos, as direções, os rumos que devemos seguir.

São orientações constituídas por um conjunto de normas comuns que orientam os procedimentos a serem observados e seguidos na organização da instituição.

As diretrizes são mais operacionais, mais funcionais que os princípios. Os princípios são os fundamentos que vão orientar a escolha dos caminhos. É a mesma relação que se faz entre fundamentos e metodologias - eles precisam estar alinhados.

Diretrizes da Gestão democrática

As diretrizes da Gestão Democrática foram citadas primeiramente na Constituição Federal de 1988 e posteriormente na Lei de Diretrizes e Bases/96.

Considerando que o IFSC prima por sua função social, faz-se necessário que sua gestão pedagógica, administrativa e financeira sejam democráticas e transparentes, para que na pluralidade de visões constitua-se o caráter público das práticas da instituição. Para tal, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica vejam-se co-responsáveis pela concepção, execução e acompanhamento das ações.

A organização político, pedagógica e administrativa para a prática de funcionamento do IFSC levará em consideração as seguintes diretrizes:

- Criar e aprimorar, permanentemente, práticas que fortaleçam a gestão sistêmica do Instituto.
- Promover o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações de forma participativa, implementando instrumentos que possibilitem a composição e utilização de indicadores de gestão.
- Realizar de forma contínua a avaliação, revisão e adequação da estrutura organizacional aos processos do Instituto, garantindo, sobretudo, a melhoria do processo de gestão.
- Promover, sistematicamente, a melhoria das condições físicas e materiais, bem como a adequação do quadro de pessoal às necessidades institucionais.
- Criar mecanismos de ampliação dos recursos financeiros, garantindo o caráter público e gratuito de todos os cursos mantidos pelo Instituto.
- Garantir a comunicação efetiva do IFSC com seus públicos estratégicos, visando que todos os segmentos tenham acesso à informação de forma igualitária e descentralizada, qualificando o processo de gestão.
- Propiciar, sistematicamente, espaços para reflexão sobre as questões institucionais e questões educacionais mais amplas, visando à preparação das pessoas para os processos decisórios e para colaborarem nos processos educativos.
- Desenvolver um programa de formação continuada de gestores.
- Avaliar, reorganizar e integrar os processos pedagógicos buscando a efetividade e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

- Reivindicar, nos espaços apropriados, os direitos dos servidores e da instituição.
- Promover a integração entre as diversas áreas profissionais, bem como entre os segmentos que integram a comunidade acadêmica do IF-SC.
- Promover intercâmbio com outras instituições e organizações, visando ao aprimoramento das práticas do Instituto e à socialização de seus trabalhos.
- Envolver a comunidade, mediante suas organizações sociais, nos processos decisórios relativos à atuação do IF-SC.
- Estabelecer mecanismos que permitam a prática de princípios éticos e de valores humanos mais solidários nas práticas da Instituição.
- Promover ações inclusivas que visem o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes.
- Garantir espaços de discussão e integração de cada segmento para encaminhamento de solicitações específicas, visando a formação de lideranças para o exercício da representatividade.
- Buscar articulação com diferentes parcerias para viabilizar a proposta política, pedagógica e administrativa, valorizando a comunidade onde a instituição está inserida.
- Garantir o acesso, a permanência e êxito do aluno, respeitando os direitos humanos baseados nos princípios de justiça, igualdade, cooperação e compreensão, considerando as condições físicas e humanas de cada campus.
- Assegurar para o exercício da cidadania, que a instituição não seja somente espaço de participação, mas também de formação, com assessoria permanente e sistemática, considerando as necessidades específicas.
- Avaliar constantemente as atividades desenvolvidas junto à comunidade, realizando prestação de contas, replanejamento e realimentação, ações necessárias para redimensionar os trabalhos.
- Avaliar constantemente os processos educacionais, exigindo dos órgãos superiores responsáveis pela educação as condições necessárias para atender às expectativas da comunidade.
- Pesquisar e implementar diferentes formas e instrumentos avaliativos para o constante aprimoramento do processo de gestão.

5.5 Políticas

Políticas de gestão consistem nas definições das posturas da instituição quanto às diferentes temáticas que devem ser desenvolvidas, com foco no alcance de sua missão e visão. São consideradas como os objetivos maiores que nortearão o planejamento estratégico.

Em um PPI que objetiva nortear de forma integrada o desenvolvimento dos processos de gestão, a proposição de políticas, considerando as diferentes dimensões institucionais, se faz-se necessária. Na construção destas políticas é fundamental que se promova e garanta o alinhamento com os princípios, diretrizes, missão, visão e valores institucionais.

Assim, apresenta-se a seguir as principais dimensões para as quais o Instituto deverá realizar a proposição de políticas.

- Inclusão

As políticas inclusivas devem centrar-se no eixos da organização sociopolítica necessária a viabilizá-la e dos direitos individuais do público a que se destina. Deve ocupar-se com a desinstitucionalização da exclusão, seja ela no espaço da escola em outras estruturas sociais.

- Tecnologia da Informação e Comunicação

Estabelecimento da relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de tecnologia da informação e sistemas de comunicação do IFSC.

- Segurança da Informação

Estabelecimento da relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de eliminar ou reduzir riscos e vulnerabilidades, aos quais as informações estão expostas.

- Comunicação

Estabelecimento da relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de comunicação do IFSC. A Política de Comunicação aborda temas especiais que se reportam a processos, estratégias ou situações relevantes que devem merecer atenção

especial dos profissionais de comunicação do IFSC e de seus gestores, nos vários níveis de decisão, além de todos os demais servidores, uma vez que se trata de um compromisso assumido por todo o Instituto.

- Internacionalização

Desenvolvimento e implantação de programas que possibilitem o fortalecimento da internacionalização do IFSC com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, divulgação e produção científica e tecnológica.

- Responsabilidade Socioambiental

A política de responsabilidade socioambiental do IFSC deve ser permeada por um conjunto de práticas, ações e iniciativas capazes de tornar efetivo o princípio da função sócio-ambiental, mediante a adoção, implementação e gestão de atividades sociais e ambientais em benefício da comunidade, proporcionando a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento do ser humano e da cultura da sustentabilidade. Esta política deve ser compreendida como uma responsabilidade legal e um compromisso social da Instituição com a comunidade em que a mesma esta inserida.

- Infraestrutura

Gestão dos recursos materiais, físicos e tecnológicos do IF-SC, tendo como foco a otimização, a efetividade e a modernização dos processos de atendimento aos usuários, nas áreas do ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Proposição de Planos Diretores específicos para operacionalização das políticas.

- Gestão de Pessoas

A política de gestão de pessoas deverá contemplar: o estabelecimento de um cenário organizacional que possibilite a realização profissional do servidor, em todas as etapas da vida funcional, buscando o equilíbrio de objetivos entre a pessoa, a equipe e a instituição; o desenvolvimento de processo de formação continuada para os servidores, considerando os respectivos estágios de ambientação na instituição, a formação de gestores e as finalidades institucionais; e a realização de processos de ingresso e de dimensionamento de servidores alinhados às políticas e critérios institucionais.

- Gestão do Conhecimento e da Informação

Promoção da utilização de fundamentos teóricos-práticos da gestão do conhecimento, de forma a estimular o mapeamento, o compartilhamento, a disseminação e a incorporação de informações e conhecimentos estratégicos relevantes para a gestão Institucional.

- Governança Corporativa

Concepção de instrumentos e estratégias de gestão que possibilitem o desenvolvimento das atividades institucionais de forma integrada e em rede, de modo a subsidiar o alcance das finalidades institucionais e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, considerando a nova identidade institucional e a implementação das políticas públicas.

Estabelecimento de diretrizes e critérios institucionais baseados no princípios da equidade, da solidariedade, da transparência e da participação, para subsidiar o processo de gestão estratégica, possibilitando a integração do ciclo de avaliação, planejamento, programação e execução orçamentária, e acompanhamento.

5. Assuntos Estudantis

A proposição de uma educação inclusiva já é sinalizada na Constituição Federal de 1988, em seus artigos nº 205 e nº 208:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

Além da Constituição Federal, as ações do IFSC estão fundamentadas em princípios emanados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996 e consonantes com o Plano Nacional da Educação 2011-2020.

O IFSC tem, desde a sua constituição, uma preocupação em ser uma instituição inclusiva. A própria criação das escolas de artífices já se destinava ao atendimento dos ditos 'desvalidos da sorte'. Assim, ao longo de sua história, houve diferentes ações de diversos públicos destinadas ao processo inclusivo na educação técnica e tecnológica. Para tanto, compreende-se que o processo de exclusão social é gerado a partir de diferenças construídas histórica, social e culturalmente e que as ações inclusivas devem facilitar os processos de acesso, permanência e conclusão de discentes com necessidades educacionais especiais. Para isso, são consideradas diversas legislações pertinentes ao tema que direcionam às ações da instituição para este público.

A concepção de discentes com necessidades educacionais especiais é fundamentada na Declaração de Salamanca (Salamanca, 1994), uma resolução das Nações Unidas que desenha os princípios, as políticas e as práticas em educação especial. A resolução define que deve haver políticas de atendimento específicas abrangendo crianças, adolescentes e jovens em situação de desvantagem e também as chamadas sobredotadas, ainda como crianças de rua ou em situação de risco, que trabalham, de populações remotas ou nômades, pertencentes a minorias étnicas ou culturais, e crianças desfavorecidas ou marginais, bem como as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional.

5.1 Acesso

O acesso aos cursos de educação profissional do IFSC modificou-se ao longo do tempo. Embora a instituição tenha se originado objetivando o atendimento aos "desvalidos da sorte", o grande número de candidatos por vaga, por vezes, levou a extremos da meritocracia. Não foram raros os casos nos quais os aprovados no processo de ingresso deixaram muitos outros candidatos de fora da instituição. Fatos como esses levaram a discussões internas e, tendo em vista a proposta de ser uma instituição inclusiva, o IFSC passou a adotar políticas diferenciadas de ingresso anteriormente à existência da Lei nº 12.711/2012. Com a promulgação dessa Lei, a forma de ingresso foi adaptada para o atendimento aos termos nela propostos, visando facilitar o acesso de discentes oriundos de escola pública, de baixa renda e pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas conforme percentual da população catarinense aferida pelo IBGE.

A proposição desta Lei está de acordo com a prerrogativa inclusiva já adotada pelo IFSC. A noção de igualdade de concorrência ignora os processos de exclusão que ocorrem na sociedade brasileira e a restrição existente para parte da população do acesso à educação de qualidade. Garantir acesso

diferenciado para esses públicos tem sido foco de ações institucionais para todos os níveis e modalidades de ensino.

Além da adoção de processos seletivos com cotas para diferentes públicos, existem outras propostas inclusivas adotadas pelo IFSC, como os processos seletivos através de análise socioeconômica para os cursos de formação inicial e continuada, que são orientados para o ingresso de pessoas prioritariamente com baixa renda familiar, oriundas de escola pública e trabalhadores. É preciso ressaltar ainda a existência de cursos da Educação de Jovens e Adultos, que vislumbram o ingresso de pessoas que não puderam concluir o ensino básico na idade regular. No IFSC, são ofertados o PROEJA Técnico - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos que objetiva oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular - e também o PROEJA FIC - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada com ensino fundamental que tem por objetivo oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade regular.

5.2 Permanência e Conclusão

A permanência do discente na instituição é o tempo mínimo ou máximo, de acordo com cada projeto de curso, que ele leva para a conclusão de seu curso. A conclusão é quando o discente integraliza as unidades curriculares previstas no projeto do curso, incluindo estágio quando previsto, passando a ter direito à certificação.

Observou-se, ao longo das experiências, que apenas democratizar o acesso à instituição não tem garantido o sucesso do processo educativo dos discente. Vários tem sido os motivos que os levam a sair da instituição sem concluir seu curso. Esses são denominados evadidos. É preciso atentar para as taxas de evasão de acordo com cada curso, bem como para seus motivos, buscando-se desenvolver estratégias que incentivem a permanência do discente até que ele finalize a formação em curso.

Buscando promover a identificação dos mecanismos que possam levar à permanência e conclusão dos discentes, a instituição vem fortalecendo a implantação de equipes interdisciplinares nos câmpus, objetivando estabelecer as Coordenadorias Pedagógicas. As ações dessas equipes devem articular o trabalho de docentes e técnicos administrativos em prol de maiores taxas de permanência dos discentes.

Através dessas ações conjuntas será possível aprimorar o processo de criação dos cursos, metodologias de ensino e acompanhamento acadêmico discente metodológico educacional, objetivando impactar positivamente a permanência e conclusão dos discentes no IFSC, contemplando o atendimento às diferentes formas de aprender.

Também visando a permanência e a conclusão do discente, desde 2011, encontra-se em implantação no IFSC o programa de assistência estudantil, que concede apoio financeiro para a manutenção de discentes que estejam em situação de desvantagem por baixa renda. Esse auxílio financeiro visa manter na instituição os discentes propensos a abandonar os cursos por falta de condições financeiras para necessidades básicas, tais como alimentação, transporte e material didático. Sendo um programa recente, é necessário seu acompanhamento para aferir sua adequação aos objetivos propostos.

Além das linhas de ação desenhadas acima, para que se possa interferir de forma positiva na permanência e conclusão do discente do IFSC, considera-se necessário implementar como ação programática:

- o acompanhamento pedagógico sistemático do processo de ensino-aprendizagem;
- o acompanhamento pedagógico em situações de dificuldade de desempenho;
- o acompanhamento docente para adaptação metodológica, vislumbrando facilitar o processo de aprendizagem de todos os discentes;
- o apoio psicossocial em casos situações de dificuldades emocionais e afetivas.
- a prevenção e promoção de saúde;
- o desenvolvimento de estudos e intervenções sobre evasão;
- a organização de parcerias com outros setores como assistência social, saúde e segurança, quando houver a necessidade de ações articuladas intersetoriais;
- o fomento de ações articuladas das atividades de ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo;
- o fomento da inserção dos discentes no mundo do trabalho;
- a organização de propostas que promovam a participação dos discentes em atividades artístico-culturais;
- o desenvolvimento de programas que propiciem a participação de discentes em práticas desportivas;
- o fomento da formação político-social dos discentes;

- o desenvolvimento de ações voltadas para a promoção de uma alimentação saudável e segura aos discentes.

5.3 Pessoas com deficiência

Esta seção destina-se a tratar do atendimento dos discentes com alguma deficiência, conforme o disposto no Decreto nº 5.296/2004, abrangendo deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental, deficiências múltiplas e pessoas com mobilidade reduzida. Além destes discentes, estão contemplados nesta seção os atendimentos especializados para discentes com superdotação.

As políticas educacionais brasileiras asseguram a todos a igualdade de condições para o acesso à escola, a permanência e a conclusão. Sendo assim, a educação inclusiva deve permear transversalmente todos os níveis e todas as modalidades de ensino, oferecendo a todos a igualdade de oportunidades. Para garantir este direito às pessoas com deficiência é que o IFSC destina políticas diferenciadas para este público.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência iniciaram no período imperial, com a criação de uma instituição de atendimento aos deficientes visuais, atual Instituto Benajmin Constant - IBC - e o atual Instituto Nacional da Educação de Surdos – INES. Já no século XX, por iniciativa da sociedade civil, foi fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental que, em 1945, começa a atender pessoas com superdotação. Em 1954, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

A partir de uma discussão iniciada nos anos 60, profissionais, pais e deficientes, em meados dos anos 80 iniciam um movimento para ações educativas de integração das pessoas deficientes, no lugar das práticas vigentes na época, as quais enfatizavam a idéia de "educação especial", que segregava o deficiente. As discussões prosseguem, chegando a percepção de que a dificuldade que era apresentada por alguns alunos não estava centrada nele, mas sim nas formas de organização do ensino em algumas escolas.

A Lei nº 5.692/1971, ao inserir o “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não permitiu o avanço da escola para atender essas demandas, ao contrário, reforçou o encaminhamento desses alunos a classes e escolas especiais. Em 1973, o MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, fundamentado

na integração desses alunos, favorecendo as ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às com superdotação. Entretanto as ações ainda foram desenvolvidas de forma isolada. Continuava-se com “políticas especiais”, sem a efetivação de um política inclusiva.

O marco regulatório vigente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007), está baseada na defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, fundamentada na perspectiva dos direitos humanos. Esta Política busca romper as barreiras impostas pelas diferenças. Tem como objetivos: a transversalidade da educação especial da educação infantil à educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. Em relação à acessibilidade física, ela inclui providências para além da quebra de barreiras arquitetônicas. Sinalização, mobilidade, mobiliário e outras medidas de ordem prática são necessárias para preparar o ambiente para o atendimento das pessoas com deficiência.

Na Educação Profissional e Tecnológica, as primeiras ações de institucionalização de uma política de inclusão iniciaram com o Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, em 2001. A partir daí, foram criados os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - NAPNE -, atualmente vinculados à SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

No IFSC se ressalta o compromisso inclusivo dos Institutos Federais através da criação do primeiro campus bilingue Libras - Português no município de Palhoça, sendo a primeira escola da América Latina nesta modalidade. O diferencial do campus é que o ensino é voltado para a oferta de educação profissional bilíngue – Libras/Português, tendo como público-alvo tanto pessoas surdas como os ouvintes, não se tratando apenas de compartilharem a mesma sala, mas de uma metodologia de ensino que permite que as pessoas estudem juntas.

Além do campus Palhoça, cada campus do IFSC conta hoje com um Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE. É função deste Núcleo preparar a instituição para receber as pessoas com deficiência, providenciando as adaptações necessárias para o atendimento de cada discente.

Sendo a Educação um direito de todos e um dever do Estado, o IFSC compromete-se com a

- implementação da acessibilidade física;

- desenvolvimento de programas de capacitação para servidores;
- atendimento pedagógico adequado às demandas do discente;
- atendimento adequado ao público;
- garantir formas de acesso adequadas às necessidades da pessoa com deficiência;
- garantir que as estratégias para permanência e conclusão sejam adaptadas para atender as especificidades das pessoas com deficiência;
- garantir que a pessoa com deficiência egressa do IFSC esteja contemplada nas políticas para egressos da instituição;
- garantir que haja a possibilidade de proporcionar terminalidade específica, nos termos legalmente previstos e para quem dela comprovadamente necessitar.

5.4 Egressos

Tomamos por egresso aquele sujeito que foi discente do IFSC e concluiu o seu curso, deixando de ser discente pela conclusão. Projetar ações para este público é importante para o IFSC poder compreender melhor como a formação que esta instituição dá aos sujeitos impacta em suas vidas. Por isso, no que diz respeito ao discente concluinte, torna-se muito importante um olhar sobre esses a fim de detectar modelos de práticas bem sucedidas, para realimentar os projetos pedagógicos de cursos e estratégias pedagógicas da instituição como um todo. Além disso, é muito importante para a instituição identificar a inserção sócio-profissional, as perspectivas e expectativas nas aproximações do concluinte com o mundo de trabalho. Faz-se necessário manter um canal de comunicação permanente com o mundo do trabalho, que seja efetivo e democratizador das informações, subsidiando e facilitando as suas escolhas dos discentes para sua atuação profissional.

São propostas assumidas pelo IFSC quanto aos seus egressos:

- Ações sistemáticas voltadas às pesquisas de demandas e à análise da inserção sócio-profissional;
- Implantar o Observatório da Educação Profissional;
- Garantir uma forma de diálogo com os egressos;

- Garantir o acompanhamento sistemático do egresso;
- Fomentar o retorno dos egressos para seguirem o seu itinerário formativo no IFSC;
- Fomentar a participação de egressos em projetos de pesquisa e extensão do IFSC, especialmente em áreas que remetam a aspectos sociais e inclusivos;
- Criar ferramentas que estimulem o aluno a seguir o percurso formativo no eixo tecnológico de sua escolha.

6. Glossário

- Sujeitos com necessidades educacionais especiais: crianças, adolescentes e jovens em situação de desvantagem e também as chamadas sobredotadas, ainda como crianças de rua ou em situação de risco, que trabalham, de populações remotas ou nômades, pertencentes a minorias étnicas ou culturais, e crianças desfavorecidas ou marginais, bem como as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional.
- Permanência: continuidade das atividades acadêmicas do aluno sem interrupções da sua matrícula, até a conclusão de seu curso.
- Conclusão: integralização das unidades curriculares previstas no projeto pedagógico do curso, passando o discente a ter direito à certificação.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto Politico-Pedagógico: novas trilhas para a escola**. In: VEIGA, Ilma P. A..

FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico**: novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001.

VILLAS BOAS, Benigna M. de F. **Avaliação Formativa: em busca do desenvolvimento do aluno, do professor e da escola**. In: VEIGA, Ilma P. A.; FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico**: novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 12.ed. São Paulo: Libertad, 2009.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. **Concepção de educação tecnológica no Brasil**: resultado de um processo histórico. 2007. Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/CONCEP%C7%C3O%20DE%20EDUCA%C7%C3O%20TECNOL%D3GICA%20NO%20BRASIL%20RESULTADO%20DE.pdf.

Acesso em: 04/06/2013.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FioCruz, 1989.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmozo Afonso de; PASSOS, Laurizete F. **Avaliação escolar: desafios e perspectivas**. In: CASTRO, Amelia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Ensinar a**

ensinar: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira e Thomson Learning, 2000. p. 177-195

CHRISTOPHE, M. **A legislação sobre a Educação Tecnológica no quadro da Educação Profissional Brasileira**, 2005. Disponível em: http://www.iets.org.br/biblioteca/A_legislacao_sobre_a_educacao_tecnologica.pdf. Acesso em 13/05/12.

SILVA, C. J. R. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

MEC. **Histórico da Educação Profissional**, 2012a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em 13/05/12.

MEC. **Proeja**. 2012b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12288&Itemid=567. Acesso em 17/05/2012.

MEC. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**: Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841. Acesso em 11/05/2012.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência Pedagógica do professor universitário**. 2.ed. São Paulo: Summus, 2012.

PLANO BRASIL MAIOR. Disponível em: <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/128>, e acessado em 14 de junho de 2013.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 14 jun. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2007. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> . Acesso em: 14 jun. 2013.

NAÇÕES UNIDAS. 1994. Declaração de Salamanca. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 14 jun. 2013.

GUIMARÃES, C. M.; MARIN, F. D. G. **Projeto pedagógico: considerações necessárias à sua construção**. Revista Nuances, v. 4, set. 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários À Prática Educativa**. Editora: Paz e Terra, 2011.

PAULON, Simone Mainieri. Documento subsidiário à política de inclusão / Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. –Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48 p.

VEIGA, I. A . **A Educação Básica Pós-LDB. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva**. In SILVA, E. B. (org). São Paulo: Pioneira, 1995.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação e gestão: extraindo significados da base legal**. In. CEARÁ. SEDUC. Novos Paradigmas de gestão escolar. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005, p. 7 – 20.).